

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1033

A MOBILIDADE SOCIAL DOS NEGROS BRASILEIROS

Rafael Guerreiro Osorio

Brasília, agosto de 2004

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1033

A MOBILIDADE SOCIAL DOS NEGROS BRASILEIROS*

Rafael Guerreiro Osorio**

Brasília, agosto de 2004

* Este trabalho é produto das atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto BRA/01/013, "Combate ao racismo e superação das desigualdades raciais", conduzido na Diretoria de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

** Consultor da Diretoria de Estudos Sociais do Ipea.

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

Ministro – Guido Mantega

Secretário-Executivo – Nelson Machado

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Glauco Arbix

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Diretor de Administração e Finanças

Celso dos Santos Fonseca

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Marcelo Piancastelli de Siqueira

Diretor de Estudos Setoriais

Mario Sergio Salerno

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Paulo Mansur Levy

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Esta publicação contou com o apoio financeiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por meio do Projeto BRA/01/013.

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

Secretário-Executivo do Comitê Editorial

Marco Aurélio Dias Pires

ISSN 1415-4765

JEL J15

J62

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO **7**

2 A MOBILIDADE ASCENDENTE DOS NEGROS E DOS MULATOS **8**

3 A MOBILIDADE SOCIAL DOS NEGROS NO BRASIL INDUSTRIALIZADO **14**

4 CONCLUSÕES **21**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **23**

SINOPSE

Neste trabalho, a literatura sobre as relações raciais e suas conseqüências para a formação da estrutura socioeconômica brasileira é visitada em dois períodos. Primeiro, nas décadas de 1940 e 1950, quando se solidificou, a princípio, a idéia de democracia racial; e, quase concomitantemente, a crença no poder integrador do desenvolvimento econômico, esta defendida até mesmo por aqueles que jamais chegaram a acreditar no mito da ausência de preconceito. Depois, a partir do fim da década de 1970, no declínio do intenso período de industrialização e urbanização verificado após a Segunda Grande Guerra, quando começaram a surgir estudos baseados em evidências estatísticas mais sólidas e de representatividade nacional. De forma unânime, a despeito das diferenças nas abordagens metodológicas, esses novos estudos revelaram que o desenvolvimento econômico e a mobilidade social, por este gerada, não haviam contribuído para alterar a situação dos negros na sociedade brasileira.

ABSTRACT

In this article, the literature about the racial relations and its consequences to the making of the Brazilian socio-economic structure is approached in two periods. At first in the 1940's and 1950's, when the idea of a racial democracy gained strength, and almost simultaneously, the belief on the integrative powers of socio-economic development was defended even by those who never believed in the myth of absence of racial prejudice. Afterwards, we meet the new studies that appeared in the end of the 1970's, on the decline of the intense industrialization and urbanization period started after the Second World War. These studies were based on sound statistical evidence, and in a unanimous way, in spite of the different methodological approaches purported, revealed that the economic development, and the social mobility brought by it, had not provided any contribution to improve the status of black people in Brazilian society.

1 INTRODUÇÃO

A mobilidade social sempre foi tópico importante nos estudos sobre as relações raciais no Brasil, tendo mesmo contribuído em algum grau para a cristalização de uma tese que ainda hoje é debatida, a despeito de seu falseamento pelas evidências empíricas: a de que o preconceito de classe seria preponderante em relação ao racial, que praticamente inexistiria. Tal tese, burilada em várias versões, constitui um dos pilares da ideologia da democracia racial, sendo freqüentemente evocada como explicação das inegáveis desigualdades entre os negros e os brancos.

De modo geral, os defensores dessa tese consideravam que a razão de os pretos e os mestiços serem maioria nas posições inferiores da hierarquia social era a proximidade histórica do período escravocrata, quando se encontravam na posição mais subalterna possível para um ser humano. Contudo, acreditavam, as diferenças socioeconômicas entre os negros e os brancos, progressivamente, tenderiam a desaparecer. Embora fartas evidências de estudos contemporâneos tenham demonstrado que tal previsão era ilusória, a idéia da preponderância das desigualdades de classe sobre as raciais permaneceu, difundida para o senso comum.

Neste trabalho, a literatura sobre as relações raciais e suas conseqüências para a formação da estrutura socioeconômica brasileira é visitada em dois períodos. Primeiro, nas décadas de 1940 e 1950, quando se solidificou, a princípio, a idéia de a democracia racial; e, quase concomitantemente, a crença no poder integrador do desenvolvimento econômico, esta defendida até mesmo por aqueles que jamais chegaram a acreditar no mito da ausência de preconceito. A mobilidade social dos mulatos, a presença de “gente de cor” entre as elites, ainda que em pequeno número, eram argumento forte a favor de tal visão, e foi objeto de análise tanto dos que o acreditavam, quanto dos que o questionavam. Esse período será abordado na primeira seção deste texto.

Na segunda seção, serão apresentados os estudos de uma nova perspectiva teórica e metodológica que surge ao fim dos anos 1970, representada pelas investigações realizadas a partir de edições sucessivas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). A base de evidências empíricas sólidas e compartilhadas levou a conclusões extremamente consensuais sobre as relações raciais e a estratificação social brasileira, ainda que desconhecidas do grande público. O desenvolvimento econômico havia se concretizado, com industrialização e urbanização intensas, mas o processo não fora acompanhado de menos desigualdades na distribuição dos benefícios do progresso, e tampouco se podia dizer que melhorara a situação socioeconômica dos negros como grupo social, a despeito da eventual presença, como no passado, de alguns indivíduos negros nos estratos superiores da sociedade. A existência de barreiras raciais nos processos de mobilidade social era demonstrável de formas triviais. As principais explicações da maior pobreza dos negros, utilizadas na defesa de um Brasil racialmente democrático, provaram-se insustentáveis. A nova teoria, baseada na idéia de acumulação inter e intrageracional das desvantagens causadas por não ser branco no Brasil, mostrou a inadequação das explicações antigas e provou dar conta das evidências tendo até certo poder preditivo. Até o presente momento, permanece sem qualquer teoria concorrente que a contradiga.

2 A MOBILIDADE ASCENDENTE DOS NEGROS E DOS MULATOS

Uma das provas de que o racismo não existia ou era de pouca monta na sociedade brasileira, do ponto de vista de alguns dos advogados da tese da democracia racial, seria a mobilidade ascendente dos mulatos. O fato de que havia mestiços entre as elites econômicas e políticas, ou desempenhando – com reconhecimento social – ocupações prestigiosas, era tido como sinal da ausência de preconceito racial. Esses mestiços teriam obtido sucesso por estarem há mais tempo afastados da escravidão, por seus ancestrais terem se libertado ou sido libertos antes da Abolição. Negros no extremo escuro da escala de cor não estariam tão integrados à sociedade livre – eles ou seus parentes ascendentes teriam experimentado uma escravidão mais recente, e esta seria a razão de sua condição social mais baixa. Com o tempo e o desenvolvimento econômico, todavia, oportunidades criar-se-iam para todos e a situação reverter-se-ia.

Não foram poucos os que aderiram à tese e brandiram a mobilidade ascendente dos mulatos e de uns poucos pretos como argumento a favor da preponderância do preconceito de classe sobre o racial. Essa idéia, ainda disseminada e presente em diversos discursos, começou a ser forjada quando do declínio das teorias de superioridade dos brancos, especialmente a partir da década de 1930. Pierson (1945), que teve influência direta sobre inúmeros cientistas sociais brasileiros, seja como professor ou interlocutor, pode ser considerado um de seus principais formuladores. Em um de seus livros mais importantes, *Negroes in Brazil*, publicado em 1942, Donald Pierson considerava que não havia visto em Salvador, Bahia, onde conduziu sua pesquisa, o tipo de preconceito racial então vigente nos Estados Unidos. Admitia a existência de preconceito contra os negros, só que não racial, mas de classe,¹ pois no Brasil negros e brancos não estavam separados em castas, como em sua terra natal. Todavia, Pierson ponderava que talvez a ausência de preconceito racial pudesse ocorrer em decorrência de os negros não terem, até então, entrado em competição efetiva com os brancos. Arthur Ramos,² por sua vez, na introdução escrita à edição brasileira do livro de Pierson, endossava as idéias do autor e as esclarecia: os negros de cor mais escura haviam sido escravos por mais tempo,³ e estando nas posições sociais inferiores sofriam mais com o preconceito de classe que os mulatos, que já contavam com representantes que haviam ascendido socialmente.

Seguindo a trilha aberta por Donald Pierson, Azevedo (1996) empreendeu um estudo dedicado à mobilidade e à estratificação social em Salvador, *As elites de cor*

1. “Não existem castas baseadas na raça; existem somente classes. Isto não quer dizer que não existe algo que se possa chamar propriamente de ‘preconceito’, mas sim que o preconceito existente é um preconceito de classe e não de raça” (Pierson, 1945, p. 402).

2. Em 1949, tornou-se Diretor do Departamento de Ciências Sociais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), tendo papel decisivo na realização do Projeto Unesco no Brasil. A esse respeito, e sobre a influência da imagem do Brasil como um paraíso das relações raciais em sua escolha para o Projeto, ver Maio (1999). A maior parte dos estudos que tratam da mobilidade social dos negros realizados na década de 1950 no Brasil foi patrocinada pelo Projeto Unesco.

3. “O negro de cor mais escura parece ser o que emergiu mais recentemente da escravidão e por isso ocupa ainda os degraus mais baixos da vida econômica e social, sofrendo com mais intensidade o preconceito de classe” (Ramos, In: Pierson, 1945, p. 24).

numa cidade brasileira, publicado em 1953, como parte do Projeto Unesco.⁴ Apesar de reconhecer a existência de preconceito racial, Thales de Azevedo reduz sua importância, considerando-o muito brando ante o de classe.⁵ Além disso, argumentava que somente negros e mestiços não “socialmente brancos” sustentavam a existência de racismo. Sobre a mobilidade social, Azevedo descreveu a cidade de Salvador da década de 1940 como uma sociedade multirracial de classes, na qual os negros e os brancos competiam igualmente, diferenciados apenas por suas habilidades e por outros atributos pessoais.⁶ Negros e brancos teriam, portanto, chances equivalentes de ascensão social. Todavia, em estudo posterior, sem contradizer essas assertivas, Azevedo (1966) ponderou que a ascensão social não implicava mudança completa de *status*, pois galgar postos rumo a ocupações mais valorizadas não representaria necessariamente ascensão em outras esferas da vida social: o negro e o mestiço poderiam, por exemplo, vir a ser advogados ou engenheiros, mas dificilmente pertenceriam aos clubes ou seriam introduzidos nos círculos familiares dos brancos nessas profissões.⁷

Outra frente de pesquisa do Projeto Unesco foi coordenada por Charles Wagley e dedicou-se às relações entre raça e classe no Brasil rural. O volume resultante, *Race and class in rural Brazil*, foi publicado em 1952 com trabalhos de Wagley, que estudou uma pequena comunidade rural amazônica, e de Harry Hutchinson, Marvin Harris e Ben Zimmerman, que estudaram comunidades rurais de características distintas no interior da Bahia. O livro conta com um texto final de Wagley que sumariza os principais achados das quatro pesquisas.

Os quatro autores supracitados estavam bem familiarizados com o trabalho de Pierson (1945) e, a despeito das diferenças históricas e estruturais das comunidades estudadas, chegaram à conclusão de que as assertivas “piersonianas” acerca das relações entre hierarquias de classe e de raça em Salvador poderiam ser generalizadas. Em especial, consideravam generalizável a tese de que o preconceito de classe teria preponderância sobre o de raça, existente, mas de tão pouca intensidade que se poderia considerar o Brasil uma nação sem problemas raciais.⁸

A presença de pretos e pardos entre as elites dos locais é vista por Wagley como um claro signo da passagem de uma sociedade de castas, a dos períodos colonial e imperial, a uma sociedade de classes, embora em algumas das comunidades estudadas ainda houvesse vestígios de uma casta branca aristocrata cujo acesso estava fechado ao negro. A proximidade histórica da escravidão é indicada como explicação para a sobre-representação dos negros nos estratos sociais inferiores e para sua sub-representação

4. Sobre esse Projeto, ver a nota 2.

5. “(...) tais discriminações são muito brandas e dificilmente se podem distinguir dos antagonismos de classe, uma vez que a cor da pele é historicamente considerada no Brasil um símbolo de status” (Azevedo, 1996, p. 163).

6. “(...) as pessoas de cor têm seu status condicionado por suas qualidades e aptidões individuais, competindo em igualdade de condições com o branco” (Azevedo, 1996, p. 164).

7. Ainda assim, considerar-se-á que “a consciência de classe supera a de raça ou de ‘marcas’, a maior parte das vezes” (Azevedo, 1966, p. 26).

8. “Today it may be said that Brazil has no ‘race problem’ in the same sense that it exists in many other parts of the world; people of three racial stocks, and mixtures and varieties of these stocks, live in what are essentially peaceful relations” (Wagley, 1952, p. 7); a afirmação é repetida: “It almost might be said that ‘race relations’ do not exist in Brazilian society. This nation of people born of marriages between three racial stocks, and formed out of slaves and their masters, has developed a society in which in the relationships between people ‘race’ is subordinate to human and social values” (p.14).

nos superiores.⁹ Todavia, o rápido desenvolvimento econômico do país teria o condão de propiciar numerosas oportunidades para a melhoria do *status* socioeconômico dos brasileiros de todas as cores, e os negros dos baixos escalões teriam condições de ascender às camadas médias, fazendo desaparecer a correspondência entre cor e estratificação social.¹⁰ A despeito do prognóstico otimista, Wagley, a exemplo de Pierson, alerta para o fato de que o progressivo aumento da competição, dos negros com os brancos, pelos canais de ascensão social, poderia levar à irrupção ou ao acirramento de tensões raciais.

Os estudos mencionados até aqui, com a exceção do de Thales de Azevedo (1996), foram realizados por pesquisadores estadunidenses, que tinham uma visão das relações raciais no Brasil extremamente marcada por dois fatores: a leitura do relato histórico da formação da cultura e da sociedade brasileira realizado por Gilberto Freyre (1994) em *Casa grande & senzala*, publicado pela primeira vez em 1933 (em inglês, no ano de 1946); e pela situação das relações raciais nos Estados Unidos, estruturadas em verdadeiras castas raciais à época. Vale lembrar que no relato de Freyre (no qual a permissividade das relações entre senhores e escravos recebe mais destaque que o conflito), a miscigenação, e física e cultural, faz-se intensamente desde o início, estimulada muitas vezes pela política colonial, mas principalmente pela ausência de mulheres brancas, com muitos mestiços destacando-se e ascendendo na estrutura social. Para pesquisadores que vinham de uma sociedade em que, para usar os termos de Oracy Nogueira (1985, 1998), a discriminação efetua-se pela exclusão incondicional dos membros do grupo discriminado, o passado histórico do Brasil de Freyre, e o presente com mestiços e pretos, ainda que em pequena escala, nos estratos mais altos da sociedade, eram tidos como evidências da ausência de barreiras raciais à mobilidade ascendente.

Entretanto, essas conclusões não foram transversais a todas as frentes de pesquisa abertas pelo Projeto Unesco. No estudo *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*, conduzido por Costa Pinto (1952), o panorama das relações entre classe e raça afigura-se bem distinto. Costa Pinto baseia sua análise em uma premissa teórica particularmente interessante, a de que castas e classes não são independentes, mas antes momentos históricos distintos de um mesmo fenômeno. A superação histórica da estrutura de castas levaria à emergência de uma estrutura de classes, mas no momento seguinte, se o grau de mobilidade social proporcionado pela abertura das classes se tornasse elevado o bastante para ameaçar o *establishment*, a sociedade enrijecer-se-ia em movimento de resistência à transformação, ressurgindo elementos da estratificação por castas. Além disso, Costa Pinto não vê na ausência de mecanismos formais de discriminação, cristalizados em lei, indícios de democracia racial, mas sim de uma outra forma de discriminação, também intensa, cuja condição

9. "That the majority of the 'people of color' in all four communities belong to the lower class groups reflects the well-known fact about Brazil that, in the relatively short period since the end of slavery, opportunity for social advancement through education and economic improvement has not been provided for the descendants of ex-slaves" (Wagley, 1952, p. 149).

10. "With the rapid economic development of Brazil, which is now under way, there should be more numerous opportunities for individuals to improve their economic status throughout the country, and Brazil should be able to make educational facilities available to its people. (...) There are no serious barriers to social and economic advance and, as opportunities increase, large numbers of people will rise in the social system. The great contrasts in social and economic conditions between the darker lower strata and the predominantly white upper class should disappear" (Wagley, 1952, p. 154-155).

de funcionamento eficiente é justamente a cobertura das discriminações de fundo étnico pela alegação de fatores não-étnicos.¹¹ Como exemplo dessa cobertura, cita as exigências de “boa aparência” nos classificados de emprego, mecanismo de preterição dos negros que ainda é efetivo, a despeito das inúmeras denúncias de seu propósito real.

Costa Pinto (1952) empreende análise da relação entre raça e estratificação social (aproximada pela estrutura ocupacional e pelos ramos de atividade econômica) com base nos Censos de 1872 e 1940. Os dados que levanta levam-no a concluir, como nos demais estudos anteriormente mencionados, que os negros estão sobre-representados nos estratos inferiores, nas ocupações menos valorizadas e nos ramos de atividade econômica que remuneram menos e que oferecem trabalhos manuais, exaustivos e deletérios.¹² Entretanto, não atribui o fato à proximidade histórica da escravidão, mas às barreiras étnicas travestidas de barreiras não-étnicas. Costa Pinto questiona o mito da mobilidade ascendente dos mulatos, considerando que as “honrosas exceções” frequentemente citadas como indício da inexistência de barreiras raciais à ascensão na estrutura de classes não são mais que figuras de um discurso ideológico destinado a reforçar tais barreiras. A única mobilidade experimentada pelos negros no Rio de Janeiro em setenta anos, do Censo de 1872 ao de 1940, teria sido de escravo a proletário.¹³ Faz questão de ressaltar, ainda, que a passagem se dá à condição de proletário, não de cidadão – a igualdade formal de direitos é vista por Costa Pinto como uma mitificação engendrada pela ideologia liberal do século XVIII para escamotear o problema das desigualdades de fato entre os homens¹⁴ reais.

Em outra pesquisa do Projeto Unesco, conduzida por Nogueira (1998) no município de Itapetininga, as conclusões acerca da mobilidade social eram semelhantes às de Costa Pinto. O relatório de Oracy Nogueira foi publicado originalmente em 1955 no volume do Projeto Unesco dedicado ao negro no município de São Paulo, organizado por Roger Bastide e Florestan Fernandes. Oracy parte de um estudo da estratificação social de Itapetininga ao longo da história. Durante a maior parte desse período, vigia a escravidão, e a despeito da benevolência das elites brancas tanto em relação aos mestiços mais branqueados quanto aos que se integravam na cultura luso-brasileira, à classe dos senhores só podiam pertencer os brancos sobre os quais não pairava suspeita de mestiçagem. Contudo, nas últimas décadas do regime escravocrata, duas transformações demográficas teriam provocado profundas mudanças nessa estrutura: uma delas refere-se ao crescimento do número de descendentes empobrecidos dos senhores; e a outra à imigração provocada pelo algodão. Formava-se uma nova classe de pessoas instruídas que deveriam ser incorporadas ou conspirariam contra as elites estabelecidas, tornando-se agentes de renovação, havendo também os imigrantes, em seus esforços para se integrar na estrutura social local.

11. Portanto, a ausência de mecanismos legais de discriminação “(...) está longe de impedir o funcionamento dos critérios discriminativos que sempre encontram alegações não-étnicas para se justificarem” (Costa Pinto, 1952, p. 76).

12. “(...) entre os industriários, 49,72% dos empregados são de cor, enquanto que entre os bancários esta quota é de 7,2%” (Costa Pinto, 1952, p. 98-99).

13. “Em face destes dados parece não haver dúvida que de escravo a proletário foi a maior distância percorrida pela grande massa dos homens e mulheres de cor no Distrito Federal nos últimos 70 anos de mobilidade social” (Costa Pinto, 1952, p. 99).

14. Refere-se também às mulheres. De forma pioneira, Costa Pinto (1952) refletiu sobre a sobreposição das barreiras raciais e de gênero e sobre suas conseqüências para as mulheres negras no Brasil.

Passando à Itapetininga do fim dos anos 1940, Nogueira (1998) observa como muitos dos mulatos e dos pardos em posições de destaque na estrutura social da cidade eram descendentes de, ou eram eles mesmos, filhos da elite branca, o que lhes franqueou de algum modo a ascensão, a despeito da cor. A comunidade reconhecia-se dividida em três classes: alta, média e baixa – e, como nos demais estudos, os pretos e os pardos encontravam-se sobre-representados na classe baixa. Isso era um sinal de que a cor era fator importante na determinação do *status* e das oportunidades de ascensão social. Para Oracy, os negros não se moviam na estrutura social, permaneciam na mesma posição relativa desde o fim da escravidão. A pequena proporção de negros nas classes média e alta era estável e, por conseguinte, embora o prognóstico fosse de que continuaria a haver indivíduos negros nessas classes, tal constância implicaria a reprodução histórica do “*status* coletivo” inferior dos negros.¹⁵ O estudo comparativo das carreiras dos imigrantes e da “gente de cor” é a evidência definitiva apresentada como prova de que barreiras sociais interferem nos processos de mobilidade, confiando a maior parte dos negros aos escalões inferiores da sociedade local.

Posteriormente, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (1960), pesquisando as relações raciais e a mobilidade social em Florianópolis,¹⁶ delinearam um quadro que repete em algum grau o de Costa Pinto (1952) e o de Nogueira (1998), embora teoricamente articulado de forma distinta. O preconceito de cor e a discriminação racial não só existiam e eram expressos com razoável espontaneidade, como se sobrepujavam, contribuindo para a preservação da ordem escravocrata. A cor da pele e as marcas raciais teriam articulado a naturalização das desigualdades entre negros e brancos, permitindo assim, mesmo após a Abolição, a manutenção do “sistema de acomodação inter-racial”, que regia as relações entre os senhores e os escravos. Negros permaneceram prestando os mesmos serviços para os quais a ideologia racial os considerava “naturalmente” adequados, apenas sob condições distintas. Para isso, contribuíra também a estagnação econômica, pois Florianópolis só teria apresentado os primeiros laivos de industrialização e desenvolvimento a partir do pós-guerra. Por conseguinte, oferecera pouquíssimas oportunidades de ascensão aos negros. Todavia, a situação poderia mudar, com o desenvolvimento econômico dando ensejo ao melhor aproveitamento dos negros na estrutura ocupacional, criando oportunidades para sua ascensão social.¹⁷

Nessas considerações, é possível detectar a influência de Florestan Fernandes na orientação de seus dois pupilos recém-formados, Cardoso e Ianni. Para Fernandes (1965), o

15. “O fato de não sofrer o indivíduo de cor uma exclusão incondicional das camadas mais favorecidas na sociedade brasileira, bem como o de se encontrar indivíduos brancos, em todos os níveis, tem levado à suposição de que os elementos de cor, no Brasil, em seus esforços de ascensão social, estão sujeitos às mesmas barreiras de classe (e não raciais) que atingem os demais companheiros das classes menos favorecidas. Em face dessa hipótese, ganha um significado especial o fato de que exceções ou precedentes de ascensão social de indivíduos de cor, embora venham ocorrendo, na comunidade em estudo, sem interrupção, ao menos desde o final do século XIX, contudo, não parecem tender a aumentar, em proporção, de modo a propiciar, nas próximas gerações, uma mudança no status coletivo da ‘gente de cor’, dado que a estrutura social permaneça, em suas linhas gerais, tal qual se apresenta nos dias atuais” (Nogueira, 1998, p. 167).

16. Primeiro trabalho como profissionais de Cardoso e de Ianni, *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (1960) foi também o primeiro estudo do gênero conduzido na região Sul do país.

17. “As mudanças recentes apenas afetaram as condições nas quais eles prestam, regularmente, os seus serviços. Tornando-se trabalhadores livres e assalariados, nem por isso conseguiram até recentemente, em escala apreciável, novas oportunidades de especialização e classificação social. No presente a aceleração do ritmo de mudança econômica parece tender a favorecer o aproveitamento mais amplo dos negros no sistema ocupacional da cidade, abrindo, dessa forma, maiores possibilidades de ascensão social” (Cardoso e Ianni, 1960, p. 120).

Brasil era uma sociedade de classes em rápida formação e expansão, na qual o negro tinha inserção desfavorável em decorrência da sua condição de escravo no passado colonial, mas também do racismo, elemento arcaico que é preservado e remodelado, interferindo nos processos de modernização e de instalação das classes. Essa interferência verificar-se-ia na lentidão com que negros e mulatos foram integrados à sociedade de classes, organizada para os segmentos privilegiados dos brancos, como antes fora a sociedade escravocrata. Para participar desse verdadeiro “mundo dos brancos”, estabelecido desde os primórdios da colonização, negros e mestiços teriam de se submeter a um branqueamento psicossocial e moral. As portas do mundo dos brancos não estavam totalmente cerradas, constatava Fernandes (1972), ainda que fosse difícil atravessá-las,¹⁸ pois isso envolveria a submissão do negro pela sua adesão à ideologia racial dos brancos e pela renúncia ao que tivesse recebido de sua cultura ancestral.

Essas portas entreabertas, que podem deixar seqüelas irreparáveis nos negros que as atravessam, fazem parte de um mecanismo perverso de reprodução do mito da democracia racial, que emprega suas próprias vítimas como meio. A alguns negros, notadamente aos pardos de fenótipo próximo ao branco, é facultada a ascensão a altos postos da hierarquia social, condicionada à adesão ideológica do sujeito ascendente à crença na democracia racial e à sua transformação em negro socialmente branco. Fazendo parte das elites, acabam se destacando pelo caráter excepcional de sua inserção social, e sendo indicados como provas da existência da pretensa democracia racial: se não houvesse igualdade racial de oportunidades, como se explicaria a presença daqueles negros no topo da hierarquia social?

Embora tal raciocínio seja falacioso, pois exceções não fazem regras, seus efeitos ideológicos foram devastadores, como revela Fernandes (1972), principalmente por estar inculcado com mais intensidade justamente nos negros que reuniam as melhores condições materiais e intelectuais para questionar o lugar que lhes era reservado na sociedade brasileira. Outros também haviam percebido o efeito de cooptação da ascensão social efetiva para poucos, criadora de perspectivas ilusórias de mobilidade, seja a própria ou a dos filhos, para muitos. Oracy Nogueira (1985) já notara a importância para a ideologia racial dos negros exemplares que ascendem e se vêem, e são vistos por outros, como comprovações da ausência de barreiras raciais. Costa Pinto, mais veementemente, considerava a valorização das “exceções honrosas” como prova da inexistência de barreiras raciais, feita pelos brancos, não mais que afirmações dessas barreiras; e, quando tal valorização partia dos próprios negros, seria “mais uma maneira de fuga atrás de símbolos, com que ele procura muitas vezes escapar do seu cotidiano de pátria” (1952, p. 80).

Esses estudos sobre relações raciais e desigualdades sociais no Brasil das décadas de 1940 e 1950 tiveram o mérito de mostrar que, ao contrário do que se pregava, o país não era um paraíso racial. O fato de o preconceito racial não se traduzir na separação total, ou quase total, de brancos e negros, como em outros países, não significava que ele não existia, mas simplesmente, como argumentou com particular propriedade Nogueira (1985), que era de outro tipo. Mesmo assim, pelo que indicavam as estatísticas dos trabalhos, a ideologia racial era extremamente eficiente na pro-

18. “(...) para atravessá-las, porém, os negros e mulatos passam por um abasileiramento que é, inapelavelmente, um processo sistemático de branqueamento” (1972, p. 16).

dução de um verdadeiro confinamento dos negros às camadas inferiores da estrutura social. Por intermédio de concessões excepcionais de entrada nas elites a alguns poucos negros eleitos e cooptados, a ideologia da democracia racial fortalecia-se. Os demais negros, de seus lugares prescritos, viam nas “exceções honrosas” um aceno da possibilidade de ascensão social, para si ou para os descendentes, e deixavam-se levar por esse canto de sereias brancas. Prevenia-se, assim, o surgimento de tensões raciais explícitas.

3 A MOBILIDADE SOCIAL DOS NEGROS NO BRASIL INDUSTRIALIZADO

Alguns dos pesquisadores citados na seção anterior arriscaram o prognóstico de que o desenvolvimento econômico, que o país até então de economia agrária estava começando a experimentar intensamente, contribuiria para a superação das relações raciais assimétricas. Havendo mais oportunidades, com a industrialização e a urbanização, os negros seriam mais integrados, e progressivamente os preconceitos remanescentes do passado escravocrata seriam esquecidos. A maior mobilidade social ocasionada pelo desenvolvimento contribuiria para a melhor distribuição dos negros na estrutura social.

O desenvolvimento econômico realmente foi intenso até o início da década de 1980. O Produto Interno Bruto (PIB), no período 1950-1980, só cresceu menos que 4% ao ano em 1956 e de 1963 a 1965, com aumento da participação da indústria, de 24% para 41% do PIB (Baer, 2002, p. 481). A urbanização também foi acelerada: em 1950, 36% dos brasileiros residia em áreas urbanas; em 1980, essa percentagem chegou a 68%. De 1950 a 1980, a população brasileira mais que dobrou, passando de 52 a 119 milhões de habitantes (IBGE, 2003).

Essas mudanças intensas, as quais foram por muitos estudiosos consideradas sem paralelos em outros países, induziram elevada mobilidade social. No fim da década de 1970, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 1973, conduzida em todo o país¹⁹ pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), subsidiaram dois estudos hoje clássicos, um de José Pastore (1979) e outro de Nelson do Valle Silva (1979). Esses estudos revolucionaram o conhecimento que se tinha até então da mobilidade social no Brasil, tanto do ponto de vista da solidez e da abrangência nacional das evidências, quanto em relação ao tratamento metodológico destas e à moldura analítica teórica empregada. Além disso, compartilhavam a metodologia de recorte da estrutura social a partir de grupos de ocupações dos homens adultos no mercado de trabalho, o que lhes garantia uma base empírica comum para as análises teóricas.

O que tanto Pastore (1979) quanto Valle Silva (1979) mostraram foi que a taxa bruta de mobilidade intergeracional havia sido por volta de 58%, isto é, mais da metade da população estudada situava-se em um estrato²⁰ diferente do de seus pais. A maioria desses indivíduos móveis teria ascendido na estrutura social se comparados a seus pais: a taxa de mobilidade ascendente fora de 47%. Entretanto, a maior parte dessa mobilidade

19. Até então, as pesquisas sobre mobilidade haviam sido conduzidas sempre em áreas restritas e com metodologias diferentes, o que não permitia que se falasse efetivamente sobre mobilidade social no Brasil inteiro.

20. Definidos por um escore socioeconômico calculado a partir da renda do trabalho e da renda esperada para determinado nível educacional, conjugado ao tipo de ocupação desempenhada.

não poderia ser atribuída a uma permeabilidade excepcional da sociedade brasileira à mobilidade ascendente dos egressos das camadas socioeconômicas inferiores; ela era, majoritariamente, de fundo estrutural, provocada pelas intensas mudanças ocasionadas pela urbanização e pela industrialização. Em decorrência de o esquema de estratificação empregado considerar as ocupações rurais como sendo de *status* socioeconômico inferior às urbanas, e trabalhos manuais inferiores aos não-manuais, toda a mudança estrutural ocorrida traduzia-se em mobilidade ascendente. Assim, por exemplo, o exército dos trabalhadores domésticos e dos menos qualificados da construção civil (serventes, pedreiros etc.), quase todos descendentes de trabalhadores “de enxada” ou de pequenos proprietários rurais, entrava no cômputo das taxas como pessoas que haviam experimentado mobilidade ascendente em relação aos seus pais. Obviamente, tanto Pastore quanto Valle Silva estavam conscientes das implicações da forma adotada para representar a estrutura social.²¹

Ambos os autores viam essa mobilidade de caráter predominantemente estrutural com reservas. Valle Silva (1979) preocupava-se com seus limites, pois o processo de urbanização e industrialização não duraria para sempre, e já começava a dar os primeiros sinais de esgotamento. Ademais, segundo sua análise, com esse esgotamento, as barreiras estruturais descobertas entre as dimensões rural e urbana e entre ocupações manuais e não-manuais, recrudesceriam, revelando uma estruturação da sociedade brasileira em três classes: rural manual; urbano manual; e urbano não-manual. A mobilidade dentro dessas classes seria grande, mas entre elas muito pequena. A sociedade brasileira perderia então seu aspecto dinâmico e fluido, revelando sua face oculta, extremamente fechada.²²

Pastore depara-se com uma situação que é igual em contornos à analisada por Valle Silva (1979), compartilhando as preocupações deste com os limites da mobilidade estrutural. Sua interpretação da alta mobilidade verificada é complementada pelo diagnóstico de carência social da população. “Crescemos e permanecemos pobres” (1979, p. 198) é a tônica do estudo de Pastore. Toda a mobilidade social conquistada não teria sido suficiente para contemplar as aspirações por bem-estar e qualidade de vida, nutridas pelos brasileiros, pois foi essencialmente uma mobilidade de curta distância que não contribuiu para mitigar significativamente as desigualdades. Todavia, pondera que o retrato da mobilidade social é relativo, e o fato de ser grande e predo-

21. Os autores assumiram o problema com muita clareza, quando duas décadas depois dedicaram-se em parceria à análise dos resultados dos primeiros estudos e à atualização destes: “É claro que o modo de classificar não é neutro em termos dos resultados obtidos. Por exemplo, os estratos 1 (baixo-inferior) e 2 (baixo-superior), que têm índices de status socioeconômico bastante próximos e com considerável superposição, se distinguem essencialmente pela dimensão rural/urbano. Isso faz com que, pela construção da escala, a migração do campo para as cidades represente sempre uma mobilidade ascendente. A urbanização recente da sociedade brasileira estaria, dessa forma, associada a uma melhoria de status dentro da estrutura social do país” (Pastore e Valle Silva, 2000, p. 20-21). Contudo, em seu estudo de 1979, Valle Silva já havia expressado esse problema de forma quase idêntica.

22. “Dessa forma, concluindo, a mobilidade social no Brasil tem duas faces. Uma das faces nos mostra uma sociedade dinâmica, aberta, com largas chances de mobilidade para a maioria dos seus membros e com as classes altas sendo recrutadas sobre larga base. Esse é o Brasil do desenvolvimento recente, da rápida urbanização e da industrialização acelerada. A outra face, entretanto, encoberta pela primeira a ponto de quase não se poder distingui-la, nos mostrou uma sociedade sensivelmente fechada, estruturada em classes de difícil comunicação. Tudo nos leva a crer que essa outra face, ora encoberta, se torne cada vez mais importante e aparente. As mudanças estruturais são efêmeras: completando-se a transição demográfica os diferenciais de fecundidade e de mortalidade, tendem a desaparecer. Similarmente, os processos de urbanização e industrialização têm limites óbvios. Assim, a estrutura emergente de classes, expressão mais íntima da estrutura ocupacional brasileira, tende a se tornar cada vez mais aparente, mais palpável” (Valle Silva, 1979, p. 65-66).

minantemente ascendente, implicando crescimento das camadas médias, teria tido reflexos positivos. A sociedade brasileira ainda mostrava-se muito desigual, mas na avaliação de Pastore, menos desigual que no passado.²³

Considerando as descobertas de Pastore (1979) e de Valle Silva (1979) sobre os efeitos do desenvolvimento econômico na estrutura social, percebe-se que o prognóstico da década de 1950 parecia ter sido correto. Entretanto, nenhum dos dois estudos permitia avaliar o que teria acontecido com o *status* coletivo dos negros. Teria realmente melhorado sua distribuição nas camadas sociais? Ou teria permanecido estável sua proporção em cada classe? Haveria indícios da existência de barreiras raciais atuando nos processos de mobilidade? Essas perguntas não podiam ser respondidas porque não havia na Pnad de 1973 o quesito sobre a raça das pessoas. Posteriormente, o quesito figurou em todas as edições da Pnad nas quais foram coletados dados sobre mobilidade social: 1976, 1982, 1988 e 1996. Com base nessas pesquisas,²⁴ foram realizados alguns estudos específicos sobre diferenças raciais na mobilidade social, os quais, apesar de por vezes extremamente distintos na abordagem, chegaram a conclusões essencialmente idênticas quanto às respostas a tais perguntas e sobre o *status* coletivo dos negros após um período de intenso desenvolvimento nacional.

Contudo, antes de passar aos estudos com base em edições da Pnad, convém analisar um outro trabalho, que adiantou as conclusões gerais trazidas pela nova leva de estudos sobre as desigualdades raciais na mobilidade social, embora baseado em uma pesquisa de cobertura restrita a seis estados do centro-sul do país e de amostra pequena. Seus dados foram analisados por Carlos Hasenbalg (1979), que alertava para o fato de que estava analisando a mobilidade na região mais desenvolvida do Brasil, e por conseguinte as conclusões não eram generalizáveis para o país. A preocupação ocorrida em razão das evidências era motivada por seu uso: provar que havia barreiras raciais atuando nos processos de mobilidade social, e, por conseguinte, que as diferenças raciais no Brasil só podiam ser residualmente atribuídas à herança da escravidão, elemento cuja força como determinante das desigualdades raciais deveria decrescer com o tempo, na ausência de uma ideologia racista urdidora de desigualdades de oportunidades.²⁵

Hasenbalg adianta à análise o que consideraria um sinal de que o preconceito contra os negros atuaria nos processos de mobilidade social. O racismo, em seu componente histórico, provocaria a sobre-representação dos negros nos estratos inferiores, o que resultaria em desvantagem logo de partida, pois a cada nova geração a proporção de negros partindo de baixo é maior que a de brancos. Depois, o racismo provocaria diferenças nas oportunidades de mobilidade intra-ocupacional ao longo do ciclo vital. Tais diferenças seriam de várias ordens, envolvendo habilidades profissionais, acesso à educação, e mesmo aspirações, pois a internalização da inferioridade social

23. "(...) a sociedade brasileira é desigual e limitante para a maioria dos brasileiros; mas concluímos também que ela foi ainda mais desigual e limitante no passado remoto (...) se a situação é ruim hoje, ela foi muito pior ontem. O quadro da mobilidade compara o que somos com o que éramos. O quadro do presente compara o que somos com o que deveríamos ser" (Pastore, 1979, p. 197).

24. Não se conhece nenhum estudo com base na edição de 1982.

25. "O poder explicativo da escravidão com referência à posição social dos não-brancos decresce com o decorrer do tempo, isto é, quanto mais longe se está do fim do sistema escravista, menos se pode invocar o escravismo como causa da subordinação social atual dos não-brancos. Pelo contrário, a ênfase na explicação deve ser dada às relações estruturais e ao intercâmbio desigual entre brancos e não-brancos" (Hasenbalg, 1979, p. 198).

preconizada pela ideologia racial restringe os desejos e os objetivos dos indivíduos do grupo discriminado. No Brasil, como agravante, as características da ideologia racial, marcada pela negação da discriminação e pela reprovação de manifestações públicas ou extremadas do preconceito, bem como pela não-formalização em lei, levam a uma acomodação das tensões raciais por não suscitar a mobilização política, seja a do grupo discriminado ou a do dominante. A ideologia racial é tão eficaz que não é preciso a mobilização dos brancos para garantir seus privilégios no aproveitamento das oportunidades de mobilidade ascendente.

As evidências de Hasenbalg confirmavam sua hipótese acerca da presença de barreiras raciais atuando nos processos de mobilidade social, em especial nos fluxos ascendentes. Em uma sociedade caracterizada por estratos superiores de tamanho reduzido com estratos inferiores proporcionalmente enormes, a maior quantidade relativa dos negros nos escalões inferiores de saída já lhes reduzia as chances coletivas de aproveitarem os canais de ascensão. Analisando o grau educacional atingido segundo a origem social, o autor constata que o dos negros era menor mesmo se comparado ao dos brancos de mesma origem social. O mesmo fato acontecia com o índice de realização ocupacional, este baseado em renda, educação e ocupação – os filhos dos negros apresentariam nítida tendência de concentração nas ocupações características dos estratos inferiores.²⁶ As demais informações apresentadas permitiam ainda concluir que, embora fosse possível detectar desigualdade racial pura e simples, independentemente da origem social e da educação, era nos processos intergeracionais de transmissão de *status*, bem como no processo intrageracional de realização educacional, que os efeitos da cor mais se manifestavam, contribuindo para a manutenção do *status* coletivo inferior dos negros.

Em 1981, empregando a mesma metodologia de Hasenbalg (1979), Nelson do Valle Silva (1988) publica²⁷ um estudo da influência da raça no processo de realização socioeconômica dos brasileiros. Contudo, utiliza os dados da Pnad de 1976, que possuía cobertura nacional, uma amostra enorme, as perguntas para o estudo da mobilidade social e, o mais importante, o quesito de cor, que voltava depois de uma ausência relativamente longa dos levantamentos oficiais.²⁸ Assim, esse foi o primeiro estudo sobre a mobilidade social dos negros cujas conclusões podiam ser consideradas válidas para todo o país.

A análise dos dados da Pnad de 1976, feita por Valle Silva (1988), começa pela constatação de um quadro já delineado pelos estudos das décadas de 1940 e 1950: os negros estavam mais presentes nos estratos inferiores da sociedade, tanto em termos de renda, quanto de educação, e também no que diz respeito às ocupações exercidas pelos trabalhadores e ao ramo de atividade econômica em que se realizava o trabalho. Além disso, os negros eram proporcionalmente mais representados nas regiões de menor desenvolvimento socioeconômico do país. Isso o leva a reafirmar a tese de Ha-

26. "(...) a evidência empírica indica que os brasileiros não-brancos estão expostos a um 'ciclo de desvantagens cumulativas' em termos de mobilidade social intergeracional ou intrageracional. Nascer negro ou mulato no Brasil, normalmente significa nascer em famílias de baixo status. As probabilidades de fugir às limitações ligadas a uma posição social baixa são consideravelmente menores para os não-brancos que para os brancos de mesma origem social. Em comparação com os brancos, os não-brancos sofrem uma desvantagem competitiva em todas as fases do processo de transmissão de status" (Hasenbalg, 1979, p. 220-221).

27. Publicado originalmente na **Revista Dados**, v. 24, n. 3, 1981.

28. Fora coletado pela última vez no Censo de 1960.

senbalg (1979) de que os negros sofrem duplamente: inicialmente, com as limitações da origem social e, ao longo do ciclo de vida individual, pela acumulação de desvantagens sucessivas. O propósito da pesquisa apresentada era, portanto, verificar novamente tal hipótese, de posse de novas evidências, por intermédio da construção de um modelo do processo de realização socioeconômica adequado aos dados e que levasse em consideração os efeitos do pertencimento aos grupos raciais.

No modelo de Valle Silva, quatro variáveis respondiam pelo *background* familiar, indicando a origem social dos indivíduos: se nascidos em áreas urbanas ou rurais; a região do país da qual eram naturais; a escolaridade do pai; e a ocupação do pai. Representando a produção intrageracional das desigualdades raciais, entravam no modelo a escolaridade dos próprios indivíduos e suas próprias ocupações. A educação era medida em termos de anos de estudo e a ocupação por intermédio de um índice de seu *status* baseado na média dos rendimentos e da escolaridade de seus ocupados. Em sua visão do ciclo vital, considerava que as três grandes fases: família (origem social); escolarização (escolaridade); e trabalho (ocupação) estavam linearmente encadeadas. Assim, as desvantagens de uma fase transmitiam-se integralmente à próxima, redundando, na fase final, em sensíveis diferenças de renda.²⁹

Portanto, mesmo com base empírica mais sólida e análise mais complexa e sofisticada que a de Hasenbalg (1979), as conclusões gerais a que chega Valle Silva (1988) são essencialmente as mesmas. Havia, na sociedade brasileira, barreiras raciais veladas nos processos de mobilidade social inter e intrageracional que produziam o confinamento dos negros nos estratos socioeconômicos inferiores. A constatação dessas barreiras colocava em xeque a tese ideológica da democracia racial e denunciava, mais uma vez, a importância meramente residual do passado escravo na determinação do *status* coletivo inferior dos negros.³⁰ Além disso, embora houvesse indícios de discriminação salarial no mercado de trabalho, os resultados da análise também permitiam concluir que era especialmente na transmissão intergeracional de *status* e nos processos de realização educacional que o peso da cor prejudicava mais os negros, selando seus destinos.

Também munido dos dados sobre mobilidade social e sobre raça levantados pela Pnad de 1976, Hasenbalg (1983) revisitou suas conclusões anteriores sobre as desigualdades raciais (1979). Empreendendo o mesmo tipo de análise sobre o novo conjunto de evidências, constatou, como Valle Silva, somente a confirmação de suas assertivas anteriores, sem detectar nenhum fato novo. Havia nítido confinamento dos negros aos estratos socioeconômicos inferiores da sociedade que produzia intensas desigualdades em relação aos brancos. Conforme foi visto, a análise dos processos de mobilidade social indicava a presença de barreiras sociais presentes e eficazes, o que impossibilitava a invocação do passado escravo como responsável pelas diferenças, ve-

29. "É importante ainda que se observe em relação às diferenças raciais na distribuição de rendimentos que, se por um lado as diferenças na situação de origem dos indivíduos, explicam quase metade das diferenças de rendimentos observadas, a metade restante dessa diferença é explicável pela discriminação sofrida por não-brancos ao longo do processo de realização sócio-econômica. As desvantagens se acumulam a cada estágio do ciclo de vida, tornando extremamente elevado o custo monetário de não se pertencer à maioria branca da sociedade brasileira" (Valle Silva, 1988, p. 162).

30. "(...) não se pode atribuir toda a responsabilidade pelas atuais diferenças de nível sócio-econômico entre brancos de um lado e de negros e mulatos por outro à desigualdade sofrida durante um remoto passado escravista. Mostrou-se que ao longo de todo o ciclo de vida sócio-econômico negros e mulatos sofrem desvantagens geradas por atitudes discriminatórias, desvantagens que se acumulam na geração de chances de vida profundamente inferiores àquelas desfrutadas por brancos" (Valle Silva, 1988, p. 162-163).

rificáveis e significativas, mesmo quando da comparação de negros e brancos de origens sociais equivalentes. Também são essas as conclusões de texto posterior em que Hasenbalg (1988) trabalha novamente sobre os mesmos dados.

Em 1988, ano em que Hasenbalg e Valle Silva coligiram em um volume os principais estudos de sua nova linha teórica e metodológica de abordagem da estrutura social brasileira e da suas conexões com as desigualdades em geral e nas relações raciais, ia a campo uma nova edição da Pnad com questões de mobilidade social, a qual possibilitaria atualização daqueles estudos com novas evidências, após um intervalo de doze anos. Tal tarefa foi empreendida por Elisa Caillaux (1994).

Caillaux compara os dados de mobilidade social da Pnad de 1976 com os da de 1988, chegando a conclusões uma vez previstas por estudos anteriores. No que toca à mobilidade em geral, nota a diminuição da mobilidade estrutural e o aumento da mobilidade de circulação, resultado do arrefecimento do processo de desenvolvimento econômico, a partir do fim da década de 1970, vaticinado por Pastore (1979) e por Valle Silva (1979). No tocante às relações raciais, a situação permanecia conforme descrita anteriormente: sobre-representação intensa dos negros nos grupos de menor *status* socioeconômico; e barreiras raciais óbvias atuando contra os negros, principalmente nos processos de mobilidade ascendente.³¹ A aparente discriminação estrutural no processo de realização educacional mais uma vez foi considerada um dos principais fatores explicativos das desigualdades raciais. Os resultados de Caillaux são ainda mais eloqüentes na demonstração da rigidez racial da estrutura social quando se leva em consideração que o esquema de estratificação empregado, tanto para as evidências de 1976 quanto para as de 1988, apesar de bem distinto do usado nos estudos supracitados de Hasenbalg e Valle Silva, levou à descoberta dos mesmos padrões, e, poder-se-ia dizer, tendências.

Trata-se de tendências de imutabilidade das barreiras de cor nos processos de mobilidade social, bem como do *status* coletivo dos negros, que seriam corroboradas pela mais recente leva de estudos, e baseadas nas novas evidências trazidas pela edição de 1996 da Pnad, no momento a última a contar com questões para o estudo da mobilidade social. A Pnad de 1996 permitiu que Hasenbalg e Valle Silva voltassem aos seus estudos anteriores e, com o reforço de Márcia Lima, reunissem em um volume (1999) novas reflexões sobre as relações entre a mobilidade social dos negros e as desigualdades raciais.

Entretanto, há de se esclarecer o uso da expressão “novas reflexões”. As reflexões, mais detalhadas e aprofundadas por uma bagagem maior de evidências empíricas, trabalhadas de várias formas, são novas nesse sentido, e no de sua atualidade. Todavia, em decorrência da estabilidade das desigualdades raciais e da continuidade dos padrões anteriormente descritos, as conclusões dos vários trabalhos reunidos por Hasenbalg, Valle Silva e Lima (1999) não trazem nenhuma surpresa. Por culpa das evidências, repetitivas, a análise enriquece-se pela incorporação ou pelo detalhamento de dimensões, mas não se altera substancialmente. Em linhas gerais, as conclusões dos autores são novamente as de que não se pode atribuir as desigualdades raciais exclusivamente ao passado de escravidão, em razão das fortes evidências de atuação de bar-

31. “A análise da estrutura ocupacional entre os dois períodos demonstrou aumento da mobilidade, prevalecendo a mobilidade ascendente para os brancos em maiores proporções do que para pretos e pardos” (Caillaux, 1994, p. 63).

reiras raciais nos processos inter e intrageracionais de mobilidade. Também fica caracterizado que é nos processos de transmissão intergeracional das desvantagens e de realização educacional que atuam com mais intensidade tais barreiras. Essa intensidade é ampliada à medida que se consideram as pequenas camadas privilegiadas da sociedade brasileira. A única pequena diferença, notada por Hasenbalg e por Valle Silva, era a de que parecia ter aumentado o peso da escolaridade alcançada para a reprodução das desigualdades raciais.³²

Em trabalho mais recente sobre o assunto, Valle Silva (2000) trabalha novamente os dados da Pnad de 1996, lançando mão de técnicas estatísticas distintas. Dessa feita, o autor propõe um modelo de mobilidade social que corresponderia a uma sociedade na qual a cor não exerceria influência sobre os destinos ocupacionais, apenas a origem social, ou, em outros termos, a uma sociedade na qual existisse preconceito de classe, mas não racial. Em conformidade com a teoria, tal modelo não se mostra adequado aos dados, não sendo, portanto, possível negar a existência de barreiras raciais que atuam contra a ascensão social dos negros, mantendo-os nas camadas inferiores da sociedade na sucessão das gerações. Isso leva o autor a concluir, mais uma vez, pela adequação da abordagem sociológica das relações entre as desigualdades raciais e a estratificação social por ele e por Hasenbalg, desenvolvida enfatizando que as únicas mudanças sensíveis na situação desde o primeiro estudo de Hasenbalg foram a prevista redução da mobilidade estrutural com aumento da mobilidade de circulação, e o aumento do peso das desigualdades raciais nos processos de realização educacional para a produção das diferenças.

Em outro estudo (Osorio, 2003), também com base na Pnad de 1996, tentou-se uma abordagem distinta da estrutura social, uma divisão em três classes recortadas na distribuição de renda, retomando em algum grau a abordagem dos estudos da década de 1950. A exemplo de Valle Silva (2000), Osorio empregou modelos log-lineares de mobilidade social, sacrificando o nível de detalhe das variáveis para incluir fatores adicionais no modelo e ainda assim mantê-lo razoavelmente interpretável. Além da origem social, do destino e da raça, foram considerados o sexo, a educação e a idade da população adulta.

Os resultados obtidos por Osorio (2003) distinguiram-se dos demais por revelarem taxas baixas de mobilidade social. A razão da menor magnitude da mobilidade neste estudo foi o emprego de uma representação da estrutura social em três grandes classes, distinta da usada por Valle Silva e Pastore, intencionalmente inadequada para a captação de mobilidade de curta distância. Todavia, a despeito da mensuração de volume menor de mobilidade, os resultados de Osorio revelaram os mesmos padrões descritos pelos demais trabalhos sobre mobilidade social e sobre raça baseados nas diferentes edições da Pnad, sem que nenhum aspecto novo emergisse. Ou seja, também

32. "Como indicamos anteriormente a literatura sociológica que trata das diferenças socioeconômicas por cor no Brasil aponta para a existência de um processo de cumulação de desvantagens. Neste trabalho constatamos, mais uma vez, a plausibilidade de tal caracterização. Além disso, parece claro que no Brasil de hoje, o núcleo das desvantagens que pretos e pardos parecem sofrer se localiza no processo de aquisição educacional. As diferenças nos retornos ocupacionais dos investimentos em educação são relativamente modestas quando comparadas com as diferenças na realização educacional, qualquer que seja o estrato de origem. Diferenças que, como vimos, tendem a crescer conforme aumenta a situação socioeconômica de origem. Assim, a questão educacional parece estar se constituindo no nó górdio das desigualdades raciais em nosso país" (Hasenbalg e Valle Silva, 1999, p. 229).

neste estudo a origem social e a educação figuraram como os grandes determinantes da posição das pessoas na estrutura social.

Assim, resumindo em um exemplo o quadro atual da mobilidade social revelado pelos estudos relatados nesta seção, quando são tomados dois pais, um negro e um branco, ambos com exatamente a mesma condição social, se esta for baixa, o filho do branco terá melhores chances de ascender na estrutura social; se for elevada, o filho do negro correrá maior risco de descender na hierarquia. Observa-se que tal situação ocorrerá mesmo se esses dois filhos hipotéticos atingirem o mesmo nível educacional, o que pode não ocorrer, visto que há diferenças raciais na realização educacional que prejudicam os negros, para a vantagem dos brancos.

Diante de um negro e um branco de origem nas classes baixas, os dois com mesmo nível educacional, a sociedade privilegiará o branco na hora de recrutar para posições disponíveis nas classes intermediárias e superiores. Eventualmente, privilegiará mesmo um branco com menos educação em detrimento de um negro com maior grau de instrução. A despeito de ser por intermédio da educação que a maior parte das desigualdades raciais reproduz-se e viabiliza-se, o racismo não se imiscui somente dentro do sistema educacional. A origem pobre em uma sociedade na qual o melhor horizonte ascensional é a passagem ao *status* de um pouco menos pobre também é outro fator de peso na reprodução das desigualdades raciais. Some-se ainda a segmentação do mercado de trabalho, pois os negros inserem-se principalmente em ocupações de trabalhos manuais, serviços pesados e braçais. Embora não impeçam a presença de indivíduos negros nas camadas privilegiadas da sociedade, os diversos fatores relacionados predisõem o grupo racial do qual fazem parte a permanecer concentrado nas posições sociais subalternas.

4 CONCLUSÕES

Nas décadas de 1940 e 1950, foram realizadas algumas pesquisas que contribuíram para fortalecer idéias que alimentavam o mito da democracia racial. Entre estas, estava a proximidade do passado escravocrata indicada como razão da maior presença dos negros nas camadas inferiores da sociedade. Outra era a crença na abertura da sociedade baseada na presença de indivíduos de cor, ainda que em pequena quantidade, em estratos mais elevados. Entretanto, nem todos os pesquisadores do período, em seus trabalhos da época ou posteriores, comungavam dessas idéias. Alguns já denunciavam a existência de barreiras raciais veladas geradas pela atuação de um tipo diferente e sutil de preconceito, genuinamente brasileiro, poderoso e eficaz na manutenção da ordem escravocrata mesmo após a proclamação formal da igualdade. Mesmo assim, parte desses autores acreditava que o desenvolvimento econômico poderia propiciar a melhor distribuição dos negros nas camadas da pirâmide social.

Somente na década de 1970, estudos com base em levantamentos que permitiam comparar brancos e negros no Brasil inteiro começaram a mostrar que, apesar do intenso desenvolvimento econômico experimentado no pós-guerra, as desigualdades entre negros e brancos não só continuavam intensas como amplamente disseminadas. Segundo a nova visão do problema, tais desigualdades não podiam mais ser consideradas apenas frutos dos efeitos inerciais do passado escravo. Isso possibilitou que, a

partir da década de 1980, começassem a surgir pesquisas com informações mais detalhadas sobre a extensão e o caráter das desigualdades raciais e a sua relação com os processos de mobilidade social no Brasil.

Tais estudos comprovaram que ainda que se compare brancos e negros de mesmo nível socioeconômico, persistem desigualdades entre eles inatribuíveis a outras fontes que não o racismo. A ideologia racista inculcada nas pessoas e nas instituições leva à reprodução, na sucessão das gerações e ao longo do ciclo de vida individual, do confinamento dos negros aos escalões inferiores da estrutura social, por intermédio de discriminações de ordens distintas, explícitas, veladas ou institucionais, que são acumuladas em desvantagens. Ainda assim, exceções existem, e a ideologia racial, como já se havia notado na geração anterior de estudos, delas se aproveita: opera, por argumentos falaciosos, a transformação dos negros de sucesso, cujo caráter excepcional deveria ser prova dos efeitos do preconceito racial, em “provas” da inexistência de discriminações raciais nos processos de ascensão social.

Posteriormente, outros estudos feitos a partir de pesquisas realizadas nas décadas de 1980 e 1990 reforçaram a nova visão. Todos, sem exceção, mostraram tanto a persistência temporal das desigualdades raciais quanto a sua reprodução nos processos de mobilidade e, ainda, a perpetuação das distinções intraclasses, ou intra-estratos, entre brancos e negros. Tais resultados são ainda mais relevantes quando se considera que os referidos estudos lançam mão de esquemas diversos de estratificação social, algo que produz por vezes diferenças significativas nos volumes de mobilidade total, de circulação e estrutural, mas não diferenças nas conclusões a que chegam os pesquisadores acerca da divergência entre os padrões de mobilidade dos negros e dos brancos. Entre essas conclusões, ressalta-se o caráter inequívoco da existência de barreiras raciais que se sobrepõem às de classe nos processos de mobilidade social, contribuindo para a constante reprodução do *status* coletivo subalterno dos negros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, T. **As elites de cor numa cidade brasileira** um estudo de ascensão social, classes sociais e grupos de prestígio. Salvador: Edufba, 1996.

_____. Mestiçagem e *status*. In: **Cultura e situação racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

BAER, W. **Economia brasileira** 2 ed. São Paulo: Nobel, 2002.

CAILLAUX, E. L. Cor e mobilidade social no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 26, 1994.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. (Coleção Brasileira, v. 307).

COSTA PINTO, L. A. **O negro no Rio de Janeiro**: relações de raças numa sociedade em mudança. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952. (Coleção Brasileira, v. 276).

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala** 29 ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. 1976: as desigualdades raciais revisitadas. **Revista Ciências Sociais Hoje**, n. 2, Anpocs, 1983.

_____. Raça e mobilidade social. In: HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N. (Orgs.). **Estrutura social, mobilidade e raça** Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.

_____; VALLE SILVA, N. (Orgs.). **Estrutura social, mobilidade e raça** Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.

_____; _____; LIMA, M. **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

_____; Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil. In: HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N.; LIMA, M. **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

MAIO, M. C. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, out. 1999.

NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco**: estudo de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

_____. **Preconceito de marca**: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1998.

OSORIO, R. G. **Mobilidade social sob a perspectiva da distribuição de renda** 2003. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília.

PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

_____; VALLE SILVA, N. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron, 2000.

PIERSON, D. **Branços e pretos na Bahia** estudo de contato racial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945. (Coleção Brasileira, v. 241).

VALLE SILVA, N. As duas faces da mobilidade. **Revista Dados**, n. 21, Rio de Janeiro, 1979.

_____. Cor e o processo de realização sócio-econômica. *In*: HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N. (Orgs.). **Estrutura social, mobilidade e raça** Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.

_____. Cor e mobilidade ocupacional. *In*: PASTORE, J.; VALLE SILVA, N. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron, 2000.

WAGLEY, C. (Ed.). **Race and class in rural Brazil**. Paris: Unesco, 1952.

EDITORIAL

Coordenação

Silvânia de Araujo Carvalho

Supervisão

Iranilde Rego

Revisão

Gisela Viana Avancini Rojas

Sarah Ribeiro Pontes

Allisson Pereira Souza (estagiário)

Constança de Almeida Lazarin (estagiária)

Editoração

Aeromilson Mesquita

Elidiane Bezerra Borges

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

10ª andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5336

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Presidente Antônio Carlos, 51,

14ª andar – 20020-010 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3804-8118

Fax: (21) 2220-5533

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

URL: <http://www.ipea.gov.br>

ISSN 1415-4765

Tiragem: 130 exemplares